



CARREGADEIRAS D'ÁGUA: UM OFÍCIO SILENCIADO PELA MODERNIZAÇÃO EM VILA BOA DE GOIÁS*

Lúcia Ramos de Souza**

Resumo: o presente artigo busca dar visibilidade às mulheres por meio de representações e memórias que viviam do ofício de “carregadeiras d’água” em um momento da antiga Vila Boa onde não se imaginava abrir uma torneira em casa e dela as facilidades da modernidade. Essas mulheres eram mais que profissionais da água eram também mensageiras, intrigueiras forjando laços de sociabilidade e de sensibilidade que marcavam o dia a dia do seu ganha pão até que seu ofício fosse silenciado pela modernização.

Palavras-chave: Carregadeiras d’água. Ofício Silenciado. Modernização

LOADERS WATER: AN OFFICE IN VILLAGE SILENCED BY THE MODERNIZATION OF GOOD GOIÁS

Abstract: *this article aims to give visibility to women through representations and memories of living craft “loaders water” in a time where the old Vila Boa not imagine opening a tap in her home and the amenities of modernity. These women were more than water professionals were also messengers, intrigueiras forging bonds of sociability and sensitivity that marked the daily lives of their livelihood until his trade was muted by modernization.*

Keywords: Loaders Water. Office Silenced. Modernization.

O silêncio é o comum das mulheres, já dizia Michelle Perrot (2005). Afirmção estranha ao nos referirmos ao sexo feminino tão estereotipado pelo excesso de fala. Mas na História esse silêncio advém de sua posição secundária e subordinada.

As academias hoje se abrem gradativamente á história das mulheres como inovação nos campos de investigação e linhas de pesquisa, mas, apesar da abertura, é possível encontrar zonas mudas:

Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória, e, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento (PERROT, 2005, p. 9).

* Recebido em: 07/01/2012; aprovado em: 08/02/2012.

** Mestre em História pela PUC Goiás. Professora da Faculdade de Inhumas (FACMAIS).

As mulheres parece não possuírem história e por isso são fadadas ao esquecimento. São por várias vezes mais imaginadas do que contadas e quando se refere a presença delas no espaço público e nas estatísticas é que se percebe existir um longa historiografia do silêncio:

Porque elas aparecem menos no espaço público, objeto maior de observação e da narrativa, fala-se pouco delas e ainda menos caso. quem faça o relato seja um homem que se acomoda com uma costumeira ausência, seve-se de um masculino universal, de estereótipo globalizantes ou da suposta unicidade de um gênero: A MULHER (PERROT, 2005, p. 11).

Devido a esses “falar-se pouco delas” é que a historiadores que se dedicam a estudar mulheres encontram dificuldades na reconstrução dos traços femininos tanto no ambiente público quanto no privado. Dificuldade também no fato de que as mulheres sempre existiram, mas em grupos – carregadeiras d’água, lavadeiras, doceiras, benzedadeiras, parteiras, fiandeiras – o que gera o problema do reconhecimento individual, de reconhecê-las como pessoas.

Outra dificuldade encontrada nesse estudo sobre as mulheres é a questão da memória. Segundo Jacques Le Goff (1992, p. 423) “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

Pelo silêncio que há nos arquivos públicos, o que se encontra é uma memória do privado voltado para a família e de certa forma restrita as convenções e posições sociais. “No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”, como afirma Michelle Perrot (2005).

Comungando das mesmas idéias, Rachel Soihet expõe:

A escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se num dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores [...] Daí a maior ênfase na realização de análise visando captar o imaginário sobre as mulheres, as normas que lhe são prescritas e até a apreensão de cenas do seu cotidiano, embora à luz da visão masculina. Nos arquivos públicos sua presença é reduzida. Destinadas a esfera privada, as mulheres por longo tempo estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das gerações subsequentes (SOIHET, 1997, p. 295).

Com o intuito de captar esse imaginário e cotidiano das mulheres é que entra em cena a história oral, instrumento adequado na “reconstrução” da memória feminina:

A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evoluções permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o eterno presente; a história é uma representação do passado. Porque ela é afetiva e mágica, a memória se acomoda apenas nos detalhes que a conformam; ela se nutre de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a toda transferência, censura ou projeção. A história, porque operação intelectual e laicizante, exige a análise e o discurso crítico... A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. A história não se liga a não ser em absoluto, a história não conhece mais do que é relativo (DE DECCA, 1992, p. 130-1).

A História Oral registra a memória viva, emoções e sentimentos de pessoas das mais diversas origens sócio-culturais. Muitas destas memórias são chamadas de subterrâneas, porque ficam à margem da história oficial. Através deste esforço de pesquisa e da constante utilização de registros de depoimentos, a História Oral constrói uma imagem do passado muito mais abrangente e dinâmica.

Segundo Pollack (1989), a História Oral, ao privilegiar a análise dos excluídos, das minorias, ressaltou a importância das memórias subterrâneas, que criam o seu processo de subversão no silêncio, acabam aflorando em momentos de crise, e assim, o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos ofi-



ciais. A História Oral possibilita que indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da história oficial possam ser ouvidos, deixando registradas para análises futuras sua própria visão de mundo e aquela do grupo social a que pertencem.

Assim, a historiografia atual tem diminuído o silêncio existente há muito tempo sobre as mulheres e passa a dar vez e voz aos estudos que se referem a elas na História mas ainda a muito a se fazer, afirma Michelle Perrot:

A história das mulheres também não mudou muito o lugar ou a “condição” destas mulheres. No entanto permite compreendê-las melhor. Ela contribui para sua consciência de si mesma, da qual é certamente ainda apenas um sinal (PERROT, 2005, p. 26).

O desenvolvimento de estudos sobre as mulheres foi impulsionado pelo vulto assumido pela história cultural. Apesar de se firmar como campo historiográfico a partir das últimas décadas do século XX, alguns historiadores chegam antes deste período a desenvolver estudos sobre as mulheres como é o caso de Michelet, que vê na relação dos sexos um dos motores da história.

O interesse nesta temática encontrou um obstáculo com a história positivista, em fins do século XIX, devido ao seu exclusivo interesse pela história política e domínio público. É com a Escola dos Annales que se volta a história para os seres vivos, concretos, e à trama do cotidiano. As mulheres não foram logo incorporadas à historiografia dos Annales, porém contribuiu para que isso se concretizasse mais tarde principalmente com a onda do movimento feminista, ocorrida a partir dos anos 60, como explica Joan Scott:

[...] a política feminista é o ponto de partida. Esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação. [...] Mais tarde – em algum momento entre a metade e o final da década de 70 – continua o relato, a história das mulheres afastou-se da política. Ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e dessa forma adquiriu uma energia própria (SCOTT, 1992, p. 64).

[...] Finalmente (assim prossegue a trajetória), o desvio do gênero na década de 80 foi um rompimento definitivo com a política e propiciou a este campo conseguir o seu próprio espaço, pois **gênero é um termo aparentemente neutro, desprovido de propósito ideológico imediato.** (SCOTT, 1992, p. 64-65, grifo nosso).

Joan Scott buscando ultrapassar, assim como outros historiadores, os usos descritivos do gênero argumenta que é apenas um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, mas não tem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes.

Sobre Mulheres e Trabalho, Joan Scott descreve que as mulheres de segmentos populares sempre trabalharam, tanto no campo como na cidade:

Muitas adaptaram ao novo contexto urbano estratégias rurais de acréscimo à renda familiar, criando e vendendo galinhas, ovos e vegetais. Faziam o parto, vigiavam crianças para as mulheres que trabalhavam fora de casa, manufaturavam e vendiam bebidas alcoólicas, mascateavam, penhoravam e ainda aceitavam pensionistas. Apesar disso, introjetavam a visão dominante e não reconheciam suas atividades como trabalho, mesmo quando recebiam remuneração. Pesquisadoras descobriram que muitas dessas mulheres respondiam aos censos que não trabalhavam. (SOIHET, 1992, p. 285-286).

Esse posicionamento das mulheres frente ao trabalho que realizavam faz surgir na história uma dicotomia em relação ao seu papel na sociedade, se de vítima ou de rebelde. Mary Beard citada por Rachel Soihet (1992, p. 278) atribui a escassez de referências à mulher ao fato de a grande maioria dos historiadores, sendo homens, ignorarem-na.

Posições divergentes encontramos com os historiadores J. M. Hexter e Simone de Beauvoir também citadas por Rachel Soihet. Hexter atribui a ausência das mulheres na historiografia ao fato de



elas não terem participado dos grandes acontecimentos políticos e sociais. Assumindo postura similar, Simone Beauvoir em seu livro *O segundo sexo*, afirma que a mulher vive em função do outro, a servi-lo do patriarcado, não tem vida própria, sujeita-se ao protagonista e agente da história: homem. Este pensamento é compartilhado, em partes, por Michelle Perrot.

Retomando a questão da mulheres e trabalho, Rachel Soihet destaca:

[...] estudo feito por Maria Odila da Silva Dias, que discorre sobre as mulheres pobres, chefes de família, vivendo precariamente do trabalho temporário em atividades malvistas pelos poderosos, como o artesanato caseiro e o comércio ambulante. A autora ressalta a luta dessas mulheres pela sobrevivência, em meio a redes de solidariedade e de vizinhança que se improvisavam e modificavam continuamente; essenciais frente ao sistema de poder e à estrutura de dominação que as oprimiam (SOIHET, 1992, p. 287).

E é no contexto dessas mulheres que se insere o humilde ofício das carregadeiras d'água de Vila Boa de Goiás até a implantação do serviço de abastecimento em 1950. Mas quem são as carregadeiras d'água? Regina Lacerda as define e lembra:

Poucas são hoje as que se dedicam ao trabalho de buscar água na carioca ou nos chafarizes para as casa de família. Em outros tempos, era muito grande o número de mulheres que ganhavam o sustento da casa com o pote na cabeça, transportando água (potável) o dia todo. Não serviam apenas às famílias, serviam também às repartições públicas, às escolas, escritórios, e casas comerciais. (A água do poço não era utilizada para beber por conter alto teor de sais minerais, que a tornavam de sabor desagradável – salobra). Recebendo por mês ou por viagem dada, lá iam as carregadeiras, alegres, limpinhas, conversadeiras, faceiras e até parecendo muito felizes. Conforme conduziam água, transmitiam recados entre as famílias e faziam um pequeno jornal trazendo e levando notícias de um bairro para outro, de uma rua a outra. Faço a essas mulheres muito estimadas minha homenagem na figura de Maria do Rosário a quem, por sua figura esguia e vivaz, chamavam com carinho – Maria Macaca. Era simpática e muito benquista. Começou a declinar a profissão de carregadeira d'água com o serviço de abastecimento feito pelo prefeito Hermógenes Coelho em 1950 (LACERDA, 1977).

Ofélia Sócrates dos Nascimento Monteiro, em suas *Reminiscências*, relata:

Ainda não havia água encanada em Goiás. Cada família contratava um carregador, ou carregadeira de água, que a trazia do chafariz em potes de barro ou latas. Num grande banco de madeira tosca, na cozinha ficavam enfileirados os potes que serviam de depósito de água. Para tirá-las usavam canecões feitos de lata vazia em que se colocavam asas, ou cuités. Para beber, a água vinha da Carioca, chafariz de água límpida, mais pura que a do imponente chafariz do Largo e a dos outros existentes na cidade. Por ficar mais afastado da parte central, sua condução custava mais caro que a dos outros chafarizes. Em toda casa a água de beber ficava na sala de jantar, em cantoneira pregada na parede. Junto do pote, na cantoneira, ou pendurada em prego, estava sempre bonita caneca esmaltada destinada a tirar a água de dentro dele [...] Em Goiás havia certo homem que fazia acrobacias com a lata na cabeça, sem derrubar uma só gota. Chegava até a se deitar no chão! [...] Para os serviços de limpeza todas as casas tinham cisterna no quintal. Suas águas, em geral salobras, eram impróprias para se beber (MONTEIRO, 1911, p. 21).

Ofélia também recorda o momento da seca em Goiás, onde rios e córregos diminuía suas águas ou até secavam:

Os mananciais que abasteciam os chafarizes da cidade, quase secos, faziam diminuir a quantidade do precioso líquido nas bicas. O tênue fio de água das torneiras custava a encher um pote. Resultado: grande número de aguadeiros se acumulava nas proximidades do chafariz da Praça resultando discussões, brigas, vias de fato (MONTEIRO, 1911, p. 30).

Em seu livro *Reminiscência*, Ondina de Bastos Albernaz também se refere às carregadeiras d'água:



A cidade não tinha infra-estrutura e a água das cisternas, por ser salobra, só era utilizada nas lides domésticas; água para se beber tinha que ser dos chafarizes, preferentemente a da Carioca, por ser mais potável. Os carregadores de água, em porte ou latas equilibrados sobre a cabeça, faziam deste trabalho profissão estável. (ALBERNAZ, 1992, p. 30)

Goiás do Couto escreve também sobre essas mulheres e as fontes de onde retiram o produto do seu comércio: a água:

Ao apelo das evocações aparecem as típicas e inolvidáveis carregadeiras d'água, profissionais no mercadejo do líquido, com potes de barro e latas sobre a cabeça protegida pro rodilhas de pano, moringues ao braço, desde o claro das alvoradas ao sonambúlico lusco-fusco, enchendo talhas e vasilhames residenciais. Nessa seqüência, necessariamente, hão de ser mencionadas as fontes, como a do Largo do Chafariz, bela e ornamental construção arquitetônica colonial, os chafarizes do chapéu de Padre e do Largo da Matriz. Existe também p Chafariz da Carioca, local bucólico e pitoresco, de água leve e cristalina, pura e fresca, carregando a ingênua e agradável lenda, repetida de pais para filhos, de que o forasteiro que dela beba não mais saíra de Goiás (COUTO, 1992, p. 30).

Em mensagem apresentada à Câmara Municipal de Goiás pelo prefeito Hermógenes Coelho, governo que implantou a canalização de água em 1950, percebe-se que o abastecimento de água era considerado um problema insolúvel, que o flagelo da falta de água, como era falado pela população, não se apresentava em condições de ser resolvido com facilidade. No imaginário da população era inacreditável a possibilidade de se abrir um torneira dentro de casa e ver dela sair água. Na mesma mensagem, o prefeito também faz-se referência as mulheres que carregavam água:

Na estação estival, o serviço de suprimento d'água para as casas residenciais começava alta madrugada. Mulheres que exerciam a profissão de "carregadeiras d'água" latas e potes cheios desse líquido, à cabeça, transitavam pela cidade em todas as direções. O serviço era estafante, caro, insuficiente na maioria das vezes. Nem sequer as cisternas abertas nos quintais das casas residenciais amenizavam a situação. A água que dessas cisternas minava, era salobra, insípida, devido naturalmente, a presença de sais diversos. O problema vinha, pois, de séculos, e já havia desafiado a argúcia de administradores experimentados. Quando nos propusemos resolve-lo, apenas com o produto das rendas ordinárias desta Prefeitura, não ignorávamos que a obra requeria cautela nos gastos, vigilância contínua na marcha dos serviços, e, sobretudo, a decisão de não recuar jamais, fossem quais fossem os contratemplos ou dificuldades que houvéssimos de enfrentar (MENSAGEM APRESENTADA À CÂMARA MUNICIPAL PELO PREFEITO DE GOIÁS, 1950, p. 10).

No final da mensagem apresentada a Câmara Municipal, o prefeito Hermógenes Coelho relata a implantação do sistema de canalização de água:

Porém, graças à cooperação patriótica desse Legislativo, sempre pronto em elaborar as leis e medidas necessárias para a consecução de obra de tamanha utilidade, está hoje, a cidade de Goiaz, abastecida de água potável em abundância, isenta de impurezas, pois que a captação é feita quase junto às cabeceiras dos mananciais e em lugares ainda não povoados. Ela jorra, hoje, abundantemente, nas residências particulares, nos quartéis, nos hospitais, hotéis, bares, enfim, nos pontos mais longínquos da cidade. Para trás ficou o flagelo das secas e a conseqüente falta d'água das fontes da "Carioca" e "Chapéu de Padre". **Além dos antigos chafarizes outros foram instalados em pontos diversos, no perímetro urbano, de modo a beneficiar aqueles que não puderam dotar os seus prédios de, ao menos, uma pena d'água** (MENSAGEM APRESENTADA A CÂMARA MUNICIPAL PELO PREFEITO DE GOIÁS, 1950, p.11, grifos nossos).

A partir do trecho grifado podemos analisar a diferença social. A modernização em forma do sistema de canalização de água não alcança a todos, pode perceber que apenas à elite.

No que concerne à questão da forma de suprimento de água antes de 1950 é importante também conhecer os monumentos que tinha essa finalidade. Sobre eles escreve Gustavo Neiva Coelho:



O chafariz do Largo da Carioca foi a primeira fonte pública de abastecimento de água construída em Vila Boa, ainda no início de sua implantação como centro minerador. Inicialmente denominada Fonte da Cambaúba, a Carioca atendia basicamente aos moradores da margem direita do Rio Vermelho, conhecida nos documentos antigos como Rosário, em alusão à primeira igreja construída nessa parte da cidade, pertencente à Irmandade dos Homens Pretos. [...] O fornecimento de água foi, há muito tempo interrompida em decorrência dos aterros para a construção de uma rodovia. Entretanto, na última restauração realizada na década de 1980, pela Prefeitura, com apoio do Patrimônio Histórico Nacional, esse fornecimento foi restabelecido, voltando a fonte ser um dos pontos de referência ao turismo, tanto pela fonte em si como pelas lendas que a cercam. [...]

Em 1778, o Chafariz de Cauda da Boa Morte foi construído com a finalidade de dividir o abastecimento de água da cidade com o já existente Chafariz da Carioca, localizado do outro lado do rio. A água fornecida pelo chafariz, recolhida do Córrego Chapéu de Padre, era, inicialmente, canalizada em dutos entalhados em pedra-sabão, sendo posteriormente substituídos por outros feitos de lajes e betumados. Ao se verificar a poluição da nascente através do esgoto urbano, seu fornecimento foi interrompido. Só recentemente, em uma de suas últimas restaurações, a água, proveniente da rede pública, passou a ser canalizada, voltando, assim, a jorrar de suas bicas (COELHO, 2001, p. 99-100).

Foi com o processo de modernização e saneamento da cidade, canalizando a água até as residências que o ofício das carregadeiras d' água começou a declinar.

Assim, num momento histórico onde o imaginário de se possuir torneiras e canos que levem água para dentro dos lares era quase impossível de se construir, as carregadeiras d'água tiveram uma importância primordial ao abastecer as casas ao mesmo tempo que lutavam pela sua sobrevivência e de sua família com os recursos advindos dessa profissão, pouco reconhecida pela sociedade da época e esquecida pela História.

Essas mulheres existiram e contribuíram com o seu humilde ofício para a construção da cidade de Vila Boa de Goiás, por isso deixar que essa memória desapareça assim como desapareceu sua profissão com o sistema de canalização de água, seria negar seu papel na História e dar continuidade a esse silêncio que se fez sobre elas.

Referências

ALBERNAZ, Ondina de Bastos. *Reminiscências*. Goiânia: Kelps, 1992.

MONTEIRO. Ofélia Sócrates do Nascimento. *Reminiscências (Goiás D'Antanho)*. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano, 1911.

COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás*. Goiânia: Trilhar Urbana, 2001.

COUTO, Goiás do. *Memórias e Bezas da Cidade de Goiás*. Conferência pronunciada na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em 1 de agosto de 1956. Cidade de Goiás, 1958. p. 28.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *Memória e cidadania*. In: SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: 1992.

LACERDA, Regina. *Vila Boa – história e folclore*. 2. ed. 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

MENSAGEM APRESENTADA À CÂMARA MUNICIPAL PELO PREFEITO DE GOIÁS. Estado de Goiaz. Goiânia: Tipografia Popular. 1950.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SOIHET, Rachel. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 17. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

